

MORADIA E PESCA ARTESANAL NA BACIA DE CAMPOS: DADOS DO NOVO CENSO PESCARTE

Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar as condições de moradia dos pescadores artesanais na Bacia de Campos – RJ, apontando para os desafios e dificuldades associadas ao acesso a equipamentos e recursos urbanos. Tais municípios estão localizados no norte fluminense e região dos lagos, imersos em uma economia particular que tem impactos importantes sobre a pesca artesanal. Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte que é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho, pautou-se na análise dados quantitativos do novo Censo Pescarte (2023). Como resultado, podemos observar certa vulnerabilidade das condições habitacionais e de acesso a equipamentos e políticas públicas. Além disto, apontamos para o senso de pertencimento desenvolvidos por estes pescadores, na vinculação de suas moradias com a percepção de habitar uma comunidade pesqueira.

Palavras-chave: Pesca Artesanal; Moradia; Conflitos Ambientais.

Abstract: This article aims to analyze the housing conditions of fishermen in the Campos Basin - RJ, pointing out the following: These municipalities are located in the north of Rio de Janeiro and the lakes region, immersed in a private economy that has important impacts on artisanal fishing. This article is the result of research funded by the Pescarte Environmental Education Project (PEA), which is a mitigation measure required by the Federal Environmental Licensing, conducted by IBAMA. The methodology used to prepare this work was based on the analysis of quantitative data from the new Pescarte Census (2023). As a result, we can observe a certain vulnerability in housing conditions and access to equipment and public policies. In addition, we point to the sense of belonging developed by these fishermen, in the link between their homes and the perception of living in a fishing community.

Keywords: Artisanal Fishing; Housing; Environmental Conflicts.

¹ UCAM - Programa de Pós-graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade.
E-mail: serpanogueira@gmail.com

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 3: 390-404, 2025.

Introdução

Os pescadores artesanais no Brasil, e mais especificamente nos municípios da Bacia de Campos, tem enfrentado uma variedade de condições de moradia que refletem suas circunstâncias econômicas e sociais, o que muitas vezes é permeado por situações de vulnerabilidade habitacional. Neste contexto, este artigo tem por objetivo analisar as condições habitacionais e urbanísticas dos pescadores artesanais na Bacia de Campos – RJ, com base nos novos dados do Censo Pescarte (2023).

No caso dos pescadores artesanais da Bacia de Campos, em muitas comunidades pesqueiras, especialmente nas áreas mais remotas, há falta de infraestrutura adequada, afetando a qualidade de vida desta população. Em algumas áreas, a segurança da posse da terra e a regularização fundiária também podem ser questões conflituosas. A falta de documentos legais para suas terras pode levar a confrontos com autoridades ou interesses comerciais, o que tem crescido sobre estes territórios.

Desta forma, como aponta Silva (2015), é importante analisar a relação destes sujeitos com as dimensões que passam pela moradia e pela vida urbana, considerando que a pesca artesanal é permeada pela tradição, por formas de vínculos e sociabilidades particulares das quais decorrem formas de cooperação específica que em alguns momentos interagem – e em outros se contrapõem – com o modo de vida urbano da atualidade.

Como problemática, consideramos que um dos aspectos enfrentados pelos pescadores artesanais, na atualidade, se refere à expropriação de seus territórios tradicionais – de vida, trabalho, moradia e existência – colocando em risco a sustentabilidade de suas tradições e modo de vida. O senso comum associa as comunidades pesqueira a certo bucolismo, afastadas da cidade, isoladas da modernidade, com ares de ruralidade. Contudo, muitas das “comunidades” ou “vilas” pesqueiras foram tragadas pelas cidades, rompendo o seu isolamento, o que, se em alguns casos trouxe maior acesso a serviços e equipamentos urbanos, em outros teve por consequências efeitos perversos, como aumento da violência, do custo de vida, quebra dos costumes e dos laços sociais para estes grupos, e expulsões das mais variadas formas (SILVA, 2015).

Nesse contexto, territórios tradicionalmente utilizados pela pesca artesanal têm sido ocupados por outras atividades econômicas – tais como o turismo, a pesca industrial, e, especialmente, no caso da Bacia de Campos (BC), pela exploração do petróleo e atividades portuárias. Isto acarreta crises a sua base produtiva, reconfigurando seus lugares de trabalho e comunidades de vida coletiva. Como aponta Silva (2015, p.105), o “lado mais fraco da pesca, o dos pescadores artesanais, é marcado por uma série de conflitos e de dificuldade de acesso aos direitos sociais, direitos trabalhistas e políticas públicas”. Dentre esta dificuldade de acesso a direitos, temos as questões relacionadas à moradia, serviços e equipamentos urbanos – a expropriação destes pescadores dos seus territórios de vida e de existência. Sobre a moradia temos, para parte deste grupo, a pressão do mercado imobiliário sobre estes territórios.

Um ponto comum entre os pescadores estudados nas áreas urbanas dos municípios se refere a sua localização em bairros pobres, e por isso com precariedades latentes no acesso a equipamentos e serviços. Da mesma forma, eles enfrentam os mesmos dilemas aos quais os outros moradores dos bairros em que estão localizados, como dificuldade de acesso a serviços urbanos e políticas públicas.

Como metodologia realizamos uma análise dos dados do novo Censo Pescarte (2023) referentes as questões relacionadas a dimensão da moradia. (CRESWELL, 2010) Consideramos que, uma vez inseridos na cidade, os pescadores e seus familiares a vivem, a apropriam e a consomem - seus bens e seus recursos - à medida que isto se torna possível diante de seus costumes, tradições e oportunidades oferecidas em seus territórios.

Neste sentido, além da análise de dados, avançamos em uma discussão teórica sobre tais aspectos na pesca artesanal considerando o impacto da indústria do petróleo e dos grandes empreendimentos sobre estes municípios, o que aponta para os conflitos existentes nos territórios da pesca artesanal nos municípios da Bacia de Campos.

Conflitos da Pesca artesanal e a questão da moradia

Esta pesquisa vem se debruçando sobre a dimensão da pesca artesanal, especialmente sobre os conflitos e disputas que se dão em sua dimensão territorial e que comprometem, em grande medida, o acesso destas famílias a um direito básico: a moradia. Tal aspecto, longe de ser uma realidade vivenciada apenas da pesca artesanal fluminense, é experimentado pelas famílias de pesca artesanal de todo país, como apontam outras pesquisas, para os desafios de acesso a moradia adequada, e aos impactos relacionados a disputa por territórios que tradicionalmente pertencem a pesca artesanal (DE PAULA, 2020; SILVA, 2015).

Cumprе salientar, que nos municípios da Bacia de Campos, se entrelaça uma economia que possui impactos sobre esses territórios da Pesca artesanal, frágeis diante de interesses voltados para o mercado. Nestes municípios, a indústria petrolífera, portuária, de turismo, imobiliária, avança sobre os territórios tradicionais destas famílias, não apenas em sua base produtiva, como também em suas comunidades e áreas de moradia.

Por sua vez, as comunidades de pescadores artesanais possuem uma forte ligação com a área onde vivem e pescam, o que claramente influencia a sua identidade cultural e social. (DIEGUES, 2004) Neste contexto, a moradia próxima à área de pesca e a configuração de um vínculo comunitário, fortalece a conexão com o ambiente natural e promove práticas tradicionais de pesca transmitidas ao longo das gerações, por estas famílias. Tais aspectos perpassam a dimensão do pertencimento e da tradicionalidade, o que requer dentre outros aspectos um olhar para a espacialização e territorialidade destas práticas – frequentemente ameaçadas. Tal aspecto, contudo, tem sido uma

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 3: 390-404, 2025.

realidade das comunidades de pesca artesanal em diversos contextos, como apontam Knox e Trigueiro (2015, p.22):

Ao longo do tempo, principalmente das últimas décadas, as alterações nas condições de vida e de trabalho das populações pesqueiras artesanais têm causado dificuldades à manutenção dessa atividade e de seu saber acumulado. Exemplo específico disso: tanto a moradia na faixa à beira-mar quanto o local de trabalho no mar e no oceano Atlântico têm sofrido um adensamento populacional e ocupacional. No caso da moradia, percebe-se um fenômeno global – presente em todos os continentes – de ocupação da faixa litorânea por meio do primeiro ou segundo domicílio de residentes, de veranistas ou até de especuladores imobiliários. A ocupação pela indústria do turismo e pela instalação de outros tipos de indústrias também é de significativa importância nesse contexto.

Tais ameaças, podem ser compreendidas sobre duas dimensões: a) a condição de pescador, e, portanto, sua articulação com o ambiente natural, frequentemente disputado por outras atividades econômicas o que gera conflito sobre seus territórios de vida e subsistência; b) por sua vez, a condição de morador, habitante de uma comunidade de pesca, na qual incide direitos que perpassam a qualidade de vida, uma moradia adequada e o acesso a serviços e equipamentos públicos. Em ambos os aspectos – pescador e morador –, perpassa a dimensão da tradicionalidade e configuração da identidade destes sujeitos, conformada pela apropriação social do espaço ao qual habitam.

Além disto, em ambos os aspectos podemos compreender a relação destes sujeitos com o Estado: seja no acesso a políticas públicas que incidem sobre a sua atividade laboral; seja na dimensão dos conflitos que perpassam seus territórios; seja, ainda, na configuração de políticas urbanas, acesso a equipamentos e serviços públicos. Em todas estas dimensões, nota-se, em grande parte das vezes, a ineficiência do Estado em lidar com as demandas da pesca artesanal, especialmente na defesa de seus interesses frente a outros setores econômicos (DE PAULA, 2020).

Os conflitos territoriais com outros setores, - imobiliários, turísticos, portuários, petróleo e gás, pesca industrial – mostram os interesses e o jogo de forças destes atores diante do Estado, no qual a pesca artesanal acaba por ser invisibilizada. Neste contexto, as lutas cotidianas vivenciadas por estes trabalhadores pelo direito de existir em seus territórios, acaba por apresentar as contradições que são resultantes destas disputas e da ausência do Estado na mediação dos conflitos. Acabam que, nessa ordem, os interesses que têm por égide a expansão do capital são prioritários frente aos demais.

Neste contexto, a modernização desses territórios tradicionais da pesca artesanal por estas outras atividades acabam por alijar os pescadores dos

processos decisórios que incidem sobre o uso do espaço. Por sua vez, a dimensão comunitária vai sofrendo as influências das transformações das dinâmicas urbanas, frente a modernização e especulação imobiliária destes espaços.

Além disto, é preciso pensar formas de proteção social específicas para as famílias da pesca artesanal, frente a eventual intensidade dos eventos climáticos. Grande parte destas famílias habitam em áreas vulneráveis à erosão costeira e as alterações e eventos climáticos extremos podemos colocar em risco a segurança de suas moradias. Além disto, mudanças ambientais podem afetar diretamente a disponibilidade de recursos pesqueiros e, consequentemente, a subsistência das comunidades dependentes da pesca artesanal, afetando a sua continuidade (SILVA, 2015).

Censo Pescarte: uma análise sobre a dimensão da moradia

Neste ponto apresenta-se a análise do novo Censo Pescarte (2023), referentes as questões que perpassam a dimensão do morar. Com este bloco podemos compreender as características das moradias dos pescadores artesanais, o acesso a determinados serviços, bem como a avaliação e expectativas quanto a situação financeira. Interessante observar que deste diagnóstico poderão ser pensadas políticas públicas que podem dar um enfoque para as necessidades específicas destas famílias, reconhecendo suas potencialidades, como ainda suas fragilidades e demandas na área da habitação.

Tais dados são importantes ainda para uma comparação entre os resultados apresentados pelo Censo Pescarte que tratam da realidade das famílias de Pesca artesanal e os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), BRASIL (2022) que apontam para a realidade da população brasileira.

A primeira análise se refere a tipologia do domicílio quanto a dimensão da titularidade (Tabela 1). De acordo com os dados coletados, 39,7% das famílias possuem o imóvel próprio, com escritura. Contudo, 35,7% alegaram ter o imóvel próprio, porém sem escritura que comprove a titularidade. Essa é uma realidade de grande parte das famílias brasileira, e abre espaço para a existência de conflitos fundiários que coloquem em risco a permanência destas famílias em seus territórios. Cabe ainda a configuração de projetos de regularização fundiária (REURB) por parte da municipalidade que trate destas questões de titularidade junto a estas famílias.

Tabela 1: Tipologia do domicílio.

	Frequência	Porcentagem válida
Alugado	736	13,3
Próprio, não quitado	63	1,1
Próprio, quitado, com escritura	2175	39,2
Próprio, quitado, sem escritura	1980	35,7
Cedido	504	9,1
Compartilhado	72	1,3
Invadido	15	0,3
Total	5545	100

Fonte: Censo Pescarte (2023)

Ainda nessa questão, temos um número considerável de famílias em aluguel, correspondendo a 13,3% das respostas (736 em números absolutos). Também apareceram imóveis cedidos (9,1% e 504 em números absolutos) e compartilhado (1,3%).

Outra questão indagada foi se as casas estavam presente em ruas asfaltadas (Figura 1). Cabe uma análise posterior, pois sabe-se que temos um quantitativo de residências em área rural, nas quais inexiste a pavimentação.

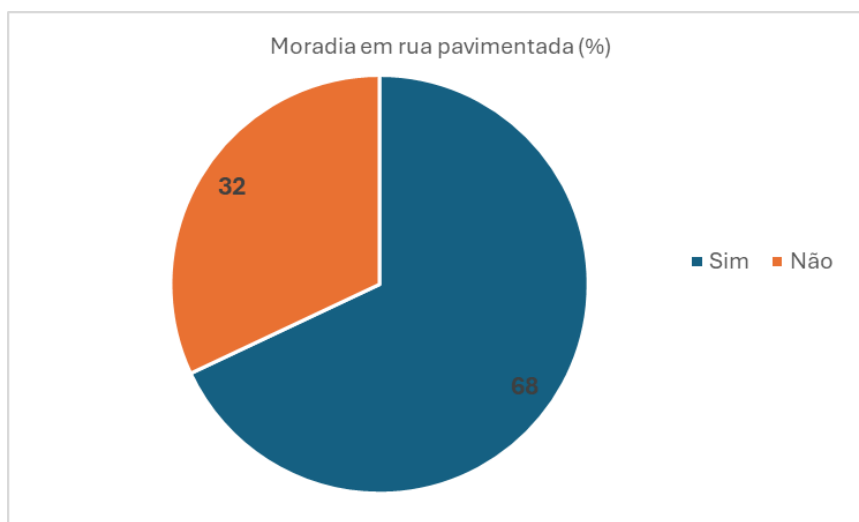


Figura 1: Moradia em rua pavimentada (%).

Fonte: Censo Pescarte (2023).

Contudo, em área urbana, a pavimentação possui um aspecto importante pois está associada a acessibilidade e a mobilidade, o que impacta a qualidade de vida destas famílias. Nesta questão, 32% dos entrevistados afirmaram que suas residências estão localizadas em ruas não pavimentada. A pavimentação está relacionada ainda a questões importantes quanto a valorização dos

imóveis, bem como a salubridade. Conforme presente no Estatuto da Cidade criado pela Lei de nº 10.257 Brasil (2001) que diz: “O direito à infraestrutura urbana e o direito aos serviços públicos, os quais abarcam o direito à pavimentação e drenagem de vias públicas, compõem o rol de direitos que dão significado à garantia do direito a cidades sustentáveis”.

Outra questão importante, no que consiste o acesso a direitos básicos se refere ao abastecimento de água. De acordo com o Censo Pescarte, 88,1% das casas possuem abastecimento de água em pelo menos um cômodo. Contudo, 11,9%, um total de 658 famílias não possuem qualquer abastecimento de água em pelo menos um cômodo de seus domicílios. Isto significa que estas 658 famílias precisam abastecer suas casas fazendo uso de outros meios e improvisos. Ainda, conforme as Tabelas 2 e 3:

Tabela 2: principal fonte de água que abastece o domicílio.

	Frequência	Porcentagem válida
Rede geral de distribuição	4072	73,5
Poço	1256	22,7
Nascente	2	0
Carro-pipa	87	1,6
Água da chuva armazenada em cisterna	7	0,1
Cedida por vizinho	56	1
Rios, lagos, lagoas e igarapés	5	0,1
Outros meios de fornecimento de água	58	1
Total	5543	100

Fonte: Censo Pescarte (2023).

Tabela 3: Frequência da disponibilidade de água proveniente da rede geral no domicílio.

	Frequência	Porcentagem válida
Todo tempo	2414	43,6
Pelo menos uma vez ao dia	262	4,7
Alguns períodos do dia	365	6,6
De forma muito irregular	919	16,6
Não tenho acesso à rede geral	773	13,9
Falta só no verão	810	14,6
Total	5543	100

Fonte: Censo Pescarte (2023)

Podemos observar, na Tabela 2, que a maior parte das casas (73,5%) são abastecidas principalmente pela rede geral de distribuição. Apesar de um número significativo, tal métrica está abaixo da métrica nacional, que atinge 86,6% dos domicílios brasileiros (IBGE, 2024). O abastecimento por meio de poço é utilizado por 22,7% das residências. Ainda, 1,6% das residências, um total de 87 unidades, realiza como abastecimento principal de água o carro-pipa.

Outro ponto importante se refere a frequência do abastecimento de água na rede geral, para aqueles que a possuem em sua residência. 43,6% dos respondentes afirmaram ter abastecimento em todo tempo, sem interrupções. Os demais respondentes, 56,4% possuem problemas de abastecimento com a rede geral. Destes, 16,6% apontaram que há um abastecimento de forma muito irregular, e 14,6% afirmaram que há falta de abastecimento apenas no verão. Outros 6,6% afirmaram que suas residências só são abastecidas em alguns períodos do dia, e 4,7% pelo menos uma vez ao dia. Por fim, 13,9% afirmaram não ter acesso a rede geral de abastecimento de água.

Ainda sobre a dimensão do acesso a saneamento básico, foi perguntado sobre as formas disponíveis de rede de esgotamento sanitário (Tabela 4). Nessa questão, temos um número muito abaixo da média nacional: o último Censo Demográfico mostrou que 62,5% da população do Brasil morava em domicílios conectados à rede de coleta de esgoto em 2022. Nas famílias entrevistadas pelo Censo Pescarte, o número de residências em rede geral de esgoto é de apenas 34,9%.

Tabela 4: Destino do esgoto do seu domicílio.

	Frequência	Porcentagem válida
Rede geral de esgoto	1933	34,9
Fossa séptica	1836	33,1
Fossa rudimentar	1298	23,4
Esgoto a céu aberto/vala	120	2,2
Direto para o rio, lago ou mar	355	6,4
Total	5542	100

Fonte: Censo Pescarte (2023)

Faz uso de fossa séptica, 33,1%, e fossa rudimentar 23,4% dos entrevistados. A fossa séptica é uma solução individual não ligada à rede, mas considerada adequada pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB). Por sua vez, a fossa rudimentar trata-se de uma alternativa precária de saneamento, considerando as possibilidades de contaminação do solo e transmissão de doenças. Há ainda 355 famílias (6,4%) que lançam seu esgoto direto em rios, lagos ou mar. E por fim, 120 famílias (2,2%) que apontaram não ter qualquer recurso para o esgotamento sanitários, sendo o mesmo “à céu aberto/vala”.

Sobre o destino do lixo domiciliar, 85,7% afirmaram que o mesmo é coletado pelo serviço de limpeza (Tabela 5). Apesar de ser um número expressivo, os resultados estão abaixo da média nacional e estadual de acordo com o último Censo 2022 (IBGE): 90% dos lares brasileiros contam com coleta de lixo, e no Estado do Rio de Janeiro, esse índice sobe para 98% dos domicílios. Há ainda 12% que afirmaram que o lixo é coletado por caçamba, e demais destinações corresponderam a 2,6% dos entrevistados.

Tabela 5: Destino dado ao lixo do seu domicílio.

	Frequência	Porcentagem válida
Coletado diretamente por serviço de limpeza	4731	85,4
Coletado em caçamba de serviço de limpeza	667	12
É queimado	111	2
É enterrado	4	0,1
Jogado em terreno baldio ou logradouro	16	0,3
Jogado em corpos hídricos (rio, lago, lagoa, laguna ou mar)	5	0,1
Coleta seletiva	8	0,1
Total	5542	100

Fonte: Censo Pescarte (2023)

Outra questão aferida foi sobre o acesso à energia elétrica (Tabela 6). A grande maioria dos domicílios, 88,4% possuem acesso por meio da rede geral de energia elétrica. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, 99,8% dos domicílios brasileiros tinham energia elétrica. Nos domicílios dos pescadores entrevistados, há ainda um total de 9,6% (532 domicílios) que acessam energia por meio de ligação clandestina da rede geral de energia, conhecido popularmente como “gato”.

Tabela 6: Origem da rede elétrica utilizada no domicílio.

	Frequência	Porcentagem válida
Rede Geral	4899	88,4
Rede Geral (GATO)	532	9,6
Gerador, placa solar, eólica, etc	24	0,4
Não tem energia elétrica	14	0,3
Compartilhada do vizinho	73	1,3
Total	5542	100

Fonte: Censo Pescarte (2023).

O acesso à internet também foi uma questão tratada no Censo Pescarte (Tabela 7). Hoje podemos compreender que a inclusão digital é fundamental para assegurar a cidadania plena, e um desafio em termo de políticas públicas

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 3: 390-404, 2025.

em nosso país. De acordo com os dados, 76,1% dos respondentes e suas famílias possuem acesso à internet. De acordo com a pesquisa TIC Domicílios 2023 o país possui 84% dos domicílios conectados à internet. (CETIC.BR)

Contudo, há ainda desafios importantes relacionados a qualidade da conexão, das informações acessadas e nos dispositivos utilizados. Há ainda o desafio do letramento digital para tarefas mais complexas, e possibilidades de democracia participativa.

Tabela 7: Equipamento utilizado para acesso à internet.

	Frequência	Porcentagem válida
Computador/Notebook/Laptop	601	10,9%
Celular/Smartphone	4146	75,0%
Tablet	77	1,4%
Outros dispositivos	707	12,8%
Total	5531	100,0%

Fonte: Censo Pescarte (2023).

No caso do censo Pescarte (2023), podemos aferir o grande número de smartphones como dispositivo utilizado para acesso de internet, correspondendo a 75% das respostas. O computador aparece como recurso utilizado por 10,9% e outros dispositivos correspondem a 12,8% das respostas. Foi também verificado quantas residências possuem microcomputador, totalizando 19,8%. Isso significa que 80,2% das residências não têm computador.

A maior parte da população, como aponta o relatório TIC Domicílios (2023), acessa internet por meio de smartphones, totalizando 58% dos usuários do país. Embora, tenha ocorrido uma ampliação do acesso especialmente entre as classes populares e historicamente excluídas de informação e tecnologia, persistem limitações quanto a qualidade dessa inserção no ciberespaço.

Por fim, o bloco de caracterização familiar inquiriu sobre a percepção financeira dos respondentes a 5 anos atrás e para os próximos 5 anos. A memória é ativada nestas avaliações, assim como se pode analisar quais são os anseios deste grupo diante das possibilidades de articulação coletiva de produção.

Em uma percepção sobre os últimos 5 anos (Figura 2), observa-se que 23,7% dos respondentes afirmaram que a situação econômica está 'do mesmo jeito'. Em seguida, 19,7% relataram que está 'um pouco pior', e 15,3% consideraram que está 'muito pior'. Por outro lado, 41,4% dos entrevistados avaliaram que a situação atual está melhor do que há 5 anos: 23% perceberam uma melhoria 'um pouco melhor', enquanto 18,4% destacaram uma melhoria 'muito melhor'.

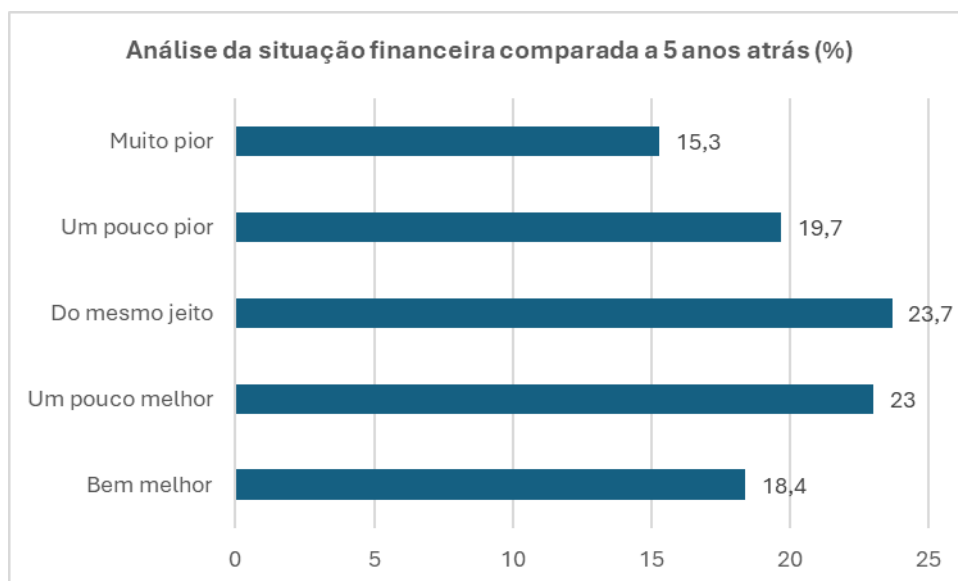


Figura 2: Análise da situação financeira comparada a 5 anos atrás (%).

Fonte: Censo Pescarte (2023).

Por outro lado, os entrevistados também foram perguntados sobre suas expectativas para a situação financeira daqui 5 anos (Figura 3). Nesta questão, podemos observar que a grande maioria, 71,4% espera estar 'bem melhor', seguido de 15,9% que esperam estar 'um pouco melhor'. É possível que tal aspecto, dentre outros fatores, ocorra devido a possibilidade de articulação produtiva promovida pelo PEA Pescarte, e as expectativas de transformação dos rendimentos. Por outro lado, 6,1% esperam que a situação permaneça 'do mesmo jeito', enquanto 4,1% acreditam que estará 'um pouco pior' e 2,5% temem que estará 'muito pior'.

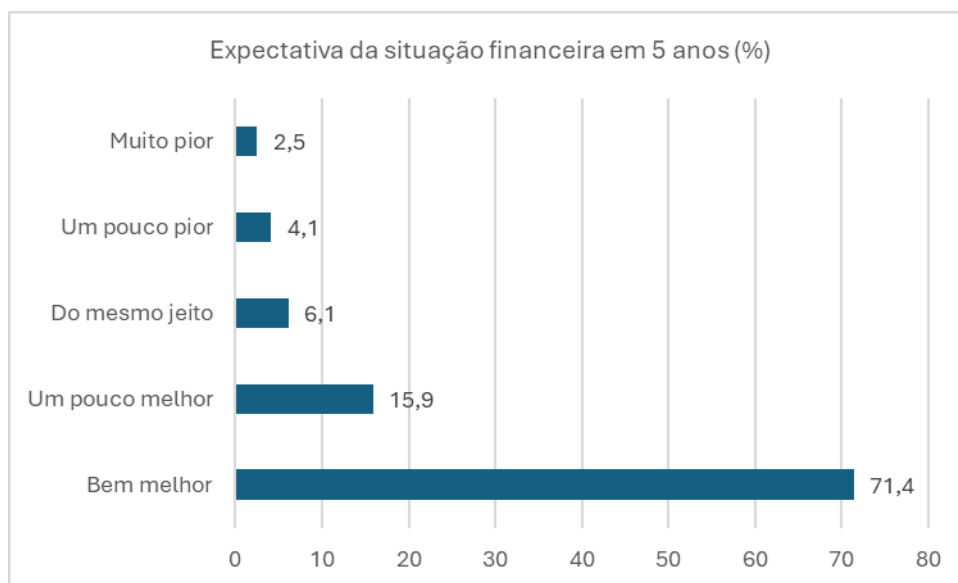


Figura 3: Expectativa da situação financeira em 5 anos (%).

Fonte: Censo Pescarte (2023).

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 3: 390-404, 2025.

Neste sentido, pode-se entender que as condições habitacionais e o acesso a equipamentos e serviços urbanos de qualidade continuam sendo desafios significativos para as famílias de pesca artesanal. Observa-se que os índices apresentados por estas famílias estão abaixo da métrica nacional, demonstrando a desigualdade vivenciada por esta população. É importante compreender, neste contexto, o papel da realização de políticas públicas específicas para este grupo, a fim de que tais distorções possam ser minimizadas.

Contudo, em que pese as dificuldades vivenciadas nestes espaços – acesso a serviços, equipamentos urbanos e políticas públicas – há um sentimento de comunidade que une estes sujeitos. Há uma relação de pertencimento com o espaço, e com os demais que nele habitam – que se articula pela pesca, pela sociabilidade que dela decorre, e pela vizinhança que nela se configura. Como demonstrado na Figura 4:



Figura 4: Entrevistados que gostariam de mudar de bairro/localidade (%).

Fonte: Censo Pescarte (2023).

Neste sentido, ressalta-se que 82,2% dos pescadores entrevistados não gostariam de se mudar de seus bairros. Este é um dado importante, pois aponta para a percepção destes sujeitos para seu espaço de moradia. Por isso, temos acompanhado com atenção as ameaças de políticas remocionistas sobre estas comunidades, uma percepção por parte do poder público de que o reassentamento destes moradores seria a única solução para seus problemas urbanísticos. Contudo, é preciso considerar suas práticas, relação com o lugar e sociabilidades – pautadas pela dimensão da tradicionalidade, e que podem ser impactadas com projetos desta natureza.

Outro aspecto importante, é que 85,4% dos pescadores entrevistados consideram que seu local de residência é uma comunidade pesqueira (Figura 5). Isso reforça o sentimento de pertencimento sobre estes bairros, vinculados a pesca e a dimensão de comunidade.



Figura 5: Percepção do local de moradia como uma comunidade pesqueira.
Fonte: Censo Pescarte (2023)

Contudo, é preciso atenção para estes 14,6% que já não consideram seu local de moradia vinculado a uma comunidade pesqueira. Há questões importantes que precisam ser consideradas, como o impacto das transformações destes territórios sobre seu sentimento de pertencer a uma comunidade pesqueira. Partimos do pressuposto da necessidade de análise de uma economia com atividades que possuem impacto considerável sobre a pesca artesanal – petrolífera, portuária, turística, imobiliária - com consequências importantes sobre os territórios de vida, trabalho e existência das famílias de pescadores artesanais do Norte Fluminense e da Região dos Lagos. É necessário compreender tais processos a fim de que tais realidades e transformações sociais e identitárias sejam analisadas.

Um dos dados levantados pelo Censo observou os conflitos enfrentados pelos pescadores que os impediram de exercer a sua atividade (Tabela 8, próxima página). Dentre as respostas damos foco a duas dimensões: A) A construção de grandes empreendimentos (indústria, condomínios e shopping), aspecto apontado por 312 respondentes, e B) a desterritorialização (perda de territórios/espço de moradia e de pesca, relatado por 583 entrevistados. Destaque para os municípios de Arraial do Cabo, São João da Barra, Cabo Frio, Búzios e Macaé.

De fato, alguns municípios têm sido mais sensíveis a construção de grandes empreendimentos que tem impactado as comunidades de pesca artesanal, como por exemplo as instalações portuárias, a pressão do setor imobiliário, dentre outras atividades. Desta forma, especialmente no caso dos municípios da Baía de Campos, não justifica que essa população, tão impactada pela economia do petróleo e portuária, não seja alvo de políticas públicas e urbanas que garantam melhores condições de vida, assim como um melhor acesso a equipamentos e serviços urbanos. E, sobretudo, políticas que garantam a permanência das comunidades de pesca artesanal em seus territórios de vida e existência (Arruda; Leal; Campinho, 2024).

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 3: 390-404, 2025.

Tabela 8: Quais conflitos já impediram ou retardaram a realização da sua atividade ligada à pesca artesanal? (N).

	Búzios	Arraial do Cabo	Cabo Frio	Campos	Carapebus	Macaé	Quissamã	Rio das Ostras	São Francisco	São João da Barra
Construção de grandes empreendimentos (indústrias, condomínios e shoppings).	34	155	39	8	1	22	8	5	7	33
Desterritorialização (perda de territórios/espço de moradia e de pesca).	54	183	103	58	6	34	13	14	9	109
Total	88	338	142	66	7	56	21	19	16	142

Fonte: Censo Pescarte (2023)

Os processos de urbanização e modernização dos territórios pesqueiros colocam em xeque a sua continuidade e permanência em suas comunidades, frente a interesses de grupos dominantes e suas formas de exploração. Por sua vez, aqueles que sofrem o impacto da opressão possuem mais limitações de acessar os direitos, diante dos poucos recursos e da invisibilidade diante do Estado. (BERTH,2023)

Diante das vulnerabilidades da atividade, e aumento da especulação imobiliária sobre suas comunidades, muitos pescadores se veem pressionados a vender suas residências como forma de sobrevivência, alocando-se em áreas cada vez mais periféricas da cidade. Como forma de resistência, estas comunidades se constituem como territórios de luta, reivindicando políticas públicas próprias, que atendam suas necessidades e lhes permitam resistir em seus espaços de moradia.

Conclusões

Apesar das dificuldades em relação a moradia, muitas comunidades pesqueiras têm um forte senso de identidade cultural e comunitária. A vida social e cultural é muitas vezes rica e baseada em tradições locais, o que pode oferecer suporte emocional e social significativo diante das intempéries e ameaças a continuidade da pesca artesanal.

Desta forma, trata-se de vínculos sociais importantes, que passam logicamente pela atividade produtiva da pesca, mas também pela dimensão do morar, pelo sentimento de pertencer a uma comunidade, de estabelecer vínculos e laços sociais pautados pela tradicionalidade.

De modo geral, estes indicadores apontaram para as condições de moradia destas famílias, assinalando para as vulnerabilidades e dificuldades vivenciadas, no acesso a serviços públicos e equipamentos urbanos. Certamente, essa discussão está vinculada ao direito à moradia digna, com a garantia de qualidade de vida para estas comunidades, e apontamos para a necessidade de políticas públicas que deem visibilidades a estes sujeitos e suas demandas.

Agradecimentos

Ao projeto de Educação Ambiental Pescarte, pelo apoio financeiro à pesquisa.

Referências

ARRUDA, Ana. Paula S. N. de; LEAL, Carmm. B., Almeida, Lais. da S., & CAMPINHO, Ana. Lúcia. M. de C. (). Educação Ambiental e participação política na pesca artesanal: a construção de demandas prioritárias de pescadores artesanais em municípios da Bacia de Campos (RJ). **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v.19, n.2, pp.401–416, 2024.

BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa**. Paz e Terra, 2023.

BRASIL, Lei 10.257/2001. **Estatuto da Cidade**. 2001.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. (2023). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2023**.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Magda Lopes. – 3 ed. – Porto Alegre: ARTMED, 296 páginas, 2010.

DE PAULA, Cristiano Quaresma. Conflitos por território na pesca artesanal brasileira. **Revista Nera**, n. 51, p. 180-204, 2020.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Ana. **A pesca Construindo Sociedades**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

SILVA. Cátia Antônia da. **Política Pública e território: passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.